

A PONTE INVISÍVEL DO DESENVOLVIMENTO: Guajará Mirim, periferia da floresta

Aleksander Allen Nina Palitot¹

GT2: Relação Centro e Periferia: Estado e Sociedade Civil em áreas Perifericas

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo abordar o tema “A Ponte Invisível do Desenvolvimento: Guajará Mirim, a periferia da floresta”. O interesse em realizar esse tipo de estudo surgiu por ser relevante na contribuição do conhecimento da história do desenvolvimento de Rondônia. Por isso, temos o intuito de abordar a temática das políticas públicas de desenvolvimento do Estado implantadas na cidade de Guajará Mirim do período da implantação da Zona Franca na década de 80 e refletindo as anteriores também, buscamos compreender a interação da população local com esse projeto desenvolvimentista, analisamos a interação com a cultura local para identificar a identidade sócio-cultural da região e resgatá-la como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável, ambiental, cultural e histórico. Para isso usamos referenciais teóricos que abordam políticas públicas de desenvolvimento sustentável e identidade sócio-cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo e Cultura. Ideologizaço generalizada. Periferia. Sustentabilidade e Desenvolvimento. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O discurso do progresso, desenvolvimento e crescimento, foram propagados pelas políticas do capitalismo americano na América Latina. Entende-se que os jovens de ontem, as gerações que vão se sucedendo devem colher as suas lições de vida. Por essa senda, encontra-se o futuro, marcado, em certos momentos da história, por terremotos humanos que abalaram os destinos dos povos. O título desse trabalho “A PONTE INVISÍVEL DO DESENVOLVIMENTO: Guajará Mirim, periferia da floresta”, vem das histórias contadas por um seringueiro, morador de uma localidade de Guajará denominada Bananeira, onde existe uma ponte metlica centenária da lendária Estrada de Ferro Madeira Mamoré inaugurada em 1912. Durante as gravações do programa Trilhando a História, na qual sou o

¹ Historiador, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Turma 2010, da Universidade Federal de Rondônia – aleks_palitot@hotmail.com.

apresentador e produtor, de uma rede televisiva da cidade de Porto Velho, este senhor quando era entrevistado, mostrava a frustração e o saudosismo dos velhos tempos da ferrovia, dos seringais, festejos e tradições. Nele ficou claro também a indiferença em relação à Zona Franca de Guajará, diferentemente do que ocorre em torno da ponte ali próxima, onde todos os moradores fazem questão de cuidar e preservar, pois dela ainda se utilizam para passar de um lado do rio para o outro. Ali, percebeu-se, que possivelmente o progresso da Zona Franca foi vendido de fora para dentro, ou seja, de maneira exógena, não havendo por parte da população qualquer possibilidade de manifestação ou participação. É para responder como está a cidade depois da possível decadência da Zona Franca e se a identidade local foi mantida, e ainda se existem novas possibilidades de desenvolvimento. Buscar as respostas para esses argumentos será o sentido do nosso trabalho, e para tal busca, propomos utilizar os conceitos de Identidade de Berry², pois as questões sobre existência e o sentimento de identidade encontram em nós diferentes ecos conforme o momento do processo analítico e os movimentos da relação da sociedade. Também acreditamos serem úteis os pensamentos de Chauí³, para percebermos o interior dessa sociedade de Guajará, examinando alguns aspectos da Cultura Popular como resistência. Resistência que tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nas danças e manifestações – quanto localizada em ações coletivas ou grupais.

No contexto do capitalismo e na política de desenvolvimento aliado a ele, a economia extrativista dominou a formação histórica da Amazônia, em que predominou historicamente a exportação de matérias-primas – desde a borracha até os recursos florestais, minerais e agropecuários, que caracterizou a dependência de mercados externos nas diversas economias que se desenvolveram na região. Nos séculos XIX e XX, a dependência dos mercados mundiais foi determinante na definição do fracasso da atividade gomífera. O mercado da borracha teve um de seus grandes picos durante a Segunda Guerra Mundial. Nesta época, o então Presidente Getúlio Dorneles Vargas, para garantir aos Estados Unidos a matéria prima, montou uma operação com 55 mil nordestinos que foram trazidos para a Amazônia a fim de trabalhar na extração da borracha a ser fornecida aos EUA. Com o fim da guerra e a fabricação da borracha sintética, a extração da borracha natural, em alta produção, já não era mais necessária. Desta forma os aliados, não precisavam mais do Brasil e os seringueiros, com suas famílias foram abandonados na mata sem chance de sobrevivência, uma dessas localidades onde viviam muitos seringueiros, era Guajará Mirim.

Até os anos finais do século XIX, Guajará Mirim constituía-se apenas de alguns seringais, sem nenhuma povoação que chamasse a atenção. Com a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré teve início a formação de um núcleo urbano a partir do ponto final da estrada de ferro. O nome Guajará Mirim em dialeto indígena local significa "Cachoeira Pequena". A região tinha seus seringais explorados pela Guaporé Rubber Company, então gerenciada pelo Coronel Paulo Saldanha. Dentre os principais seringais locais destacavam-se o Rodrigues Alves, Santa Cruz e o Renascença. Os seringueiros viviam da coleta do látex e de um reduzido comércio com a vizinha povoação boliviana de Guayaramerim. Os indígenas que infestavam a região representavam uma constante ameaça e impedimento ao trabalho dos seringueiros. Dentre eles destacaram-se os Pacaás Novos.

Em 8 de outubro de 1912, foi instalado um posto fiscal em Guajará Mirim administrado pelo guarda Manoel Tibúrcio Dutra. O município foi criado em 1928, pela lei nº

² BERRY, Nicole. *O Sentimento de Identidade*. Ed. Escuta. São Paulo – 1991.

³ CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência, aspectos da cultura popular no Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo – 1989.

991, assinada pelo presidente do estado do Mato Grosso, Mário Correia da Costa. A instalação do município da Comarca ocorreu em 10 de abril de 1929, tendo como 1º Intendente nomeado, Manoel Boucinhas de Menezes. Nas primeiras décadas desse século possuía Guajará-Mirim um comércio regular de bens e serviços para atender à população além de diversos órgãos públicos. Delegacia de polícia com efetivo de 10 praças e um sargento da força estadual, coletoria, posto fiscal, telégrafo e correio, escolas, cinema, dezenas de casas comerciais e uma população em tomo de 1500 pessoas. Hoje a cidade de Guajará segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui 41.656 habitantes, o território do município corresponde a 24.856 km², localizado no norte do Estado de Rondônia com o Bioma Amazônico. A receita do lugar ano passado foi de 41 milhões e as despesas calculadas no valor de 33 milhões sendo que boa parte da arrecadação vêm da prestação de serviços, cerca de 352.000 por mês.

Na década de 70 o Governo Militar estabeleceu como meta ocupar a Amazônia, na busca incessante de “Integrar para não entregar”, lema estabelecido como política pública para ocupação da Amazônia no contexto e conjuntura que o país enfrentava, diante do dilema de movimentos sociais de camponeses que viviam a amargura da concentração fundiária do Brasil. O Município de Guajará Mirim mais uma vez, seria alvo do novo modelo estatal a ser implantado, no caso o Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, onde mais de 4 mil famílias foram assentadas. Na proposta de um dos presidentes daquele regime, a figura de Costa e Silva, a idéia era levar esses homens sem terra para, uma terra sem homens, sem considerar a configuração local da região e muito menos suas populações tradicionais e nativas, sendo a prioridade uma política de desenvolvimento ocupacional implacável diante das necessidades estratégicas dos militares, ou seja, uma política de desenvolvimento feito por pessoas que não são da Amazônia para pessoas que vivem e são da Amazônia. Ficou claro que os modelos dos enclaves de desenvolvimento implantados na Amazônia é excludente na medida em que distribui lucros e prejuízos desigualmente. Concentra benefícios sem arcar com o custo social e ambiental, nem mesmo os financeiros, uma vez que, na maioria dos casos, os enclaves são subsidiados.⁴ Em suma, para a Amazônia, qualquer proposta deve considerar tanto a diversidade biológica quanto a cultural de cada região que a compõe. Assim, uma proposta de desenvolvimento regional, que vise a construção de uma sociedade brasileira melhor, deverá promover a redução das desigualdades sociais, principalmente das regiões periféricas do Brasil, induzir a formação e a adoção de políticas de desenvolvimento que atentem também a cultura, história e identidade local. Contudo, é a teoria do desenvolvimento endógeno quem destacará a questão regional, com vistas a propor diretrizes proativas de melhoria das condições de vida nas áreas rotuladas como atrasadas e periféricas. Na verdade, essa teoria pretende contrapor-se ao esgotamento dos modelos de crescimento através das grandes empresas-enclaves.

Em mais uma tentativa dos governantes, na busca do desenvolvimento local da cidade de Guajará, foi idealizada durante o ano de 1988, como alternativa econômica para a cidade e região, a Área de Livre e Comércio ou Zona Franca de Guajará-Mirim. O projeto visava resgatar o potencial de comércio, desgastado pela conjuntura econômica nacional e pela perda de competitividade dos produtos nacionais perante os importados pelo país vizinho, Bolívia. Anos mais tarde, em 1991, o projeto, acolhido pelo Governo Federal, foi trans-formado em projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional, tendo sido sua regulamentação, decretada no ano de 1993. Sendo a área de favorecimento comercial e industrial, dentro de um programa

⁴ CARDOSO, F.H. & Faletto, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970, 160 p.

desenvolvido pelo então Ministério de Integração Regional, a Área de Livre Comércio, aparentemente, não proporcionou o desenvolvimento local, fica claro isso diante dos números do IBGE quanto à diminuição da população que já chegou a ser na cidade 60 mil pessoas e hoje chega ao máximo o quantitativo de 40 mil habitantes. A Zona Franca de Guajará-Mirim está sob administração direta da SUFRAMA e nos mesmos critérios da Zona Franca de Manaus.

1. OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Qual a política de desenvolvimento adequada para a Amazônia? Esta é a pergunta que se coloca. Assim, dado o conceito de desenvolvimento, em geral, envolve parâmetros que implicam no uso intensivo das reservas naturais, o que significaria desenvolver a Amazônia? No passado durante o regime militar, Guajará-Mirim na década de 70, foi palco de mais uma política de desenvolvimento com o Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, onde o INCRA assentou mais de 4 mil famílias para fomentar a agricultura e pecuária.

A Amazônia brasileira, definida como fronteira agrícola, fronteira de oportunidades, ou palco de um processo de “apropriação desenfreada e inconseqüente”⁵, coloca a oportunidade de se discutir a possibilidade de construção de geografias que contemplem a massa de expropriados da sociedade brasileira, no sentido da alocação de uma multidão de camponeses desterritorializados em suas regiões de origem, os chamados “sem terra”, em células familiares de produção agrícola. Estas constituem as unidades produtivas rurais, configuradas em estabelecimentos de pequeno e médio porte, que perante o desafio de mercado, esperam contar com sistemas especiais de apoio técnico e creditício. Estratégia assistencial que se faz necessária, tendo em vista o objetivo maior do Estatuto da Terra, que era transformar os tais deserdados do campo em modernos camponeses inseridos no mercado, de modo a que conseguissem ascender a uma classe média rural. Mas como surgiu a fronteira amazônica?

O espaço amazônico surge para o imaginário europeu a partir da expansão ultramarina que o processo de acumulação primitiva mercantilista deflagra através das expedições oceânicas promovidas pelas coroas ibéricas, mormente a Espanha. Forma precisamente os castelhanos os descobridores do vale amazônico. Na segunda metade do século XIX, uma nova injunção econômica internacional incide sobre a região. Trata-se da valorização da borracha no mercado internacional; seu impacto causa a expansão das áreas produtoras, impõe mudança no regime de trabalho e pressiona a abertura do vale amazônico à navegação internacional. Como conseqüências dessas transformações, pode-se listar a preocupação oficial pela demarcação das fronteiras externas, a ênfase em novas expedições científicas para aprimorar o conhecimento da região e, importante, a inserção da Amazônica na divisão internacional do trabalho. Por outro lado, a economia gomífera produziu um intenso povoamento regional responsável por uma incipiente rede urbana. É no contexto da economia da borracha e de suas conseqüências para o povoamento do sudeste da Amazônia que se dá a segunda tentativa de ocupação da atual Rondônia.

Após o período de estagnação a que foi levada a região devido à queda do preço da borracha, com breve lampejo de recuperação durante a Segunda Guerra Mundial, o contexto

⁵ FONSECA, Dante Ribeiro da. *Estudos Históricos da Amazônia*. Ed. Maia. Porto Velho - 2007

amazônico só volta a ter importância no cenário nacional com a construção de Brasília, dentro do programa viário do Plano de Metas de JK, tomando ênfase com os governantes militares pós-64. Então, uma série de políticas, inspiradas sob o signo da “segurança nacional”, promovem a abertura de diversas vias de penetração, cria diversos incentivos fiscais, e estimula a migração em massa, deflagrando vários projetos de colonização. O Estado direciona como políticas públicas, vultosos investimentos em parceria com o grande capital, instalando imensos empreendimentos que vão desde a extração mineral, a extensos estabelecimentos agropecuário-industriais e madeireiros.

Segundo Mahar,⁶ ocorreram cinco fases estratégicas de integração da Amazônia ao contexto econômico nacional. A primeira fase acontece com a criação em 1912 do Plano de Defesa da Borracha e vai até o final da segunda guerra. Esse Plano constituiu uma verdadeira estratégia de desenvolvimento regional, englobando sete setores básicos: haveicultura e extração de borracha; industrialização; imigração; saúde; transportes; produção agrícola - alimentar; e pesca. Porém, sua implementação foi problemática e quase não saiu do papel. A segunda fase surge no segundo governo Vargas, em 1953, através da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), é dada uma ênfase à produção agrícola, visando-se o abastecimento interno e a exportação. Não saiu do papel. A terceira fase acontece no governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), quando a “marcha para o oeste”, lançada por Vargas em 1940, toma um ímpeto decisivo, através da implantação de Brasília e dos grandes eixos rodoviários que ligam ao Pará e ao Acre, induzindo a mobilização migratória. A quarta fase começa em 1964, a partir da instalação do regime militar, no bojo de preocupações de ordem geopolítica e de segurança é criada, em 1966, a Operação Amazônia. Em 1967 é estruturado o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia (GTINAM). Tem início a fase de ocupação tecnocrática da região. Para tanto, por meio da SUDAM, é elaborado o I Plano Diretor, cobrindo os anos de 1968, 1969 e 1970. Cria-se então, a política de incentivos fiscais. Por fim, a quinta fase se inicia em 1970 quando surge o Programa de Integração Nacional (PIN), visando estender a malha rodoviária e implantar projetos de colonização oficial. A grande característica desse plano é o novo contrato social na relação com a terra. Rompe-se a tradição latifundiária e privilegia-se o pequeno produtor rural, como proposto pelo Estatuto da Terra, 1 Criado pela Lei n°. 4.504, de 30-11-64, pelo então presidente Castelo Branco.

2. CRIAÇÃO DAS ZONAS DE LIVRE COMÉRCIO NA AMAZÔNIA

A Amazônia Ocidental é composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e ocupa 26% do território nacional com uma área de 2,2 milhões de km². Apresenta uma densidade demográfica de apenas 2,31 habitantes por km², o que ainda reflete, nos dias atuais, o isolamento em que vive a maioria dos amazônidas.

Até meados dos anos 60, essa região encontrava-se marginalizada do processo de desenvolvimento da economia nacional e experimentava um momento desolador de pobreza e abandono por parte da federação. Nos últimos decênios, experimentou intenso processo de inserção no modelo de desenvolvimento econômico do País, promovido em especial pelos militares, calcado na industrialização por substituição de importações. Vários surtos de

⁶ MAHAR, D.J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise de políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

ocupação redefiniram sua organização territorial e produtiva conferindo-lhe nova atuação no contexto brasileiro.

Foi durante o mandato do presidente JK, que o deputado amazonense Francisco Pereira da Silva, preocupado com o estado de pobreza da Amazônia, levada como uma região periférica do Brasil por conta do abandono que se encontrava a região, aprovou a Lei n° 3.173, de 6 de junho de 1957, no Congresso Nacional, criando a Zona Franca de Manaus, que, embora sendo regulamentada pelo Decreto n.º 47.757, de 2 de fevereiro de 1960, não chegara a ser efetivamente operacionalizada em razão de seus poucos incentivos e sua área de atuação restrita a 200 hectares, doada pelo Governo Federal à margem direita do Rio Negro. A efetiva operacionalização da Zona Franca de Manaus só viria ocorrer no Governo Militar, através do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, inserida no bojo do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-1966), que tinha como objetivos acelerar o crescimento econômico, reduzir a inflação, disparidades regionais e setoriais de renda e gerar empregos.

A Zona Franca de Manaus vigoraria por 30 anos, até 1997, tendo sua área de jurisdição ampliada para 100.000 km², abrangendo Manaus e arredores. O Decreto n.º 291, de 28 de fevereiro de 1967, divide a Amazônia em Ocidental (atuais Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima) e Oriental (atuais Estados do Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão). No mesmo ano, através do Decreto n.º 356, de 15 de agosto de 1968, alguns dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus foram estendidos para toda a Amazônia Ocidental, estabelecendo entrepostos da ZFM nas capitais de Rondônia, do Acre e de Roraima.

Foi através da expansão desse modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus que se criou a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, idealizada durante o ano de 1988, como alternativa econômica para a cidade e região. O projeto visava resgatar o potencial de comércio, desgastado pela conjuntura econômica nacional e pela perda de competitividade dos produtos nacionais perante os importados pelo país vizinho, a Bolívia. Anos mais tarde, em 1991, o projeto, acolhido pelo Governo Federal, foi transformado em projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional, tendo sido sua regulamentação, decretada no ano de 1993. Sendo a área de favorecimento comercial e industrial, dentro de um programa desenvolvido pelo então Ministério de Integração Regional, a ALCGM está sob administração direta da SUFRAMA e nos mesmos critérios da Zona Franca de Manaus. Pelo Decreto n° 843, de junho de 1993, que regulamenta e cria a ALCGM, a entrada de mercadorias estrangeiras na área, será com suspensão dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados. Essa suspensão será convertida em isenção quando as mercadorias forem destinadas a:

- a) consumo e venda internos;
- b) beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola e florestal;
- c) agricultura e piscicultura;
- d) instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza;
- e) estocagem para exportação ou reexportação para o mercado externo, (Nacional ou Internacional);
- f) atividades de construção e reparos navais;
- g) Internação como bagagem acompanhada, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a Zona Franca de Manaus.

As mercadorias adquiridas no mercado nacional, também são contempladas com o benefício da suspensão do ICMS e do IPI, que passa a ser convertida em isenção, quando da comprovação de internamento efetivo na ALCGM. Esse benefício acaba por proporcionar o

tráfego de inúmeras carretas de distribuidoras e transportadores com destino ao município para carimbar as notas fiscais e assim adquirir a isenção. Desta maneira não proporcionando efetivamente o desenvolvimento econômico local, já que a maioria das empresas donas das mercadorias e produtos que recebem os descontos possui suas sedes em Porto Velho capital do Estado de Rondônia. Na realidade segundo dados da Prefeitura de Guajará-Mirim, mais de 50 estabelecimentos comerciais fecharam nos últimos dois anos, e apenas três novas empresas abriram sua portas para atividade comercial na cidade. O índice de desemprego na cidade chega a 16%, motivando muitos jovens a migrarem para outras cidades do Estado de Rondônia em busca de oportunidades.

Etiologicamente a Área de Livre Comércio de Guajará – Mirim carrega consigo o estereótipo dos interesses exógenos em cumplicidade com importantes favores e benefícios fiscais e governamentais, características comum entre os três ciclos, a que chamamos de modelo de desenvolvimento de fora para dentro. Esse modelo, por não possuir propósito deliberado de contemplar os interesses, recursos e potencialidades da região, apresenta-se inadequado e insuficiente para promover o desenvolvimento da região.

Portanto no final da década de 1980, a SUFRAMA ampliando sua área de atuação para fora do Distrito Industrial de Manaus, envolvendo, também as Áreas de Livre Comércio (ALC) criadas e implantadas na Amazônia, emplacava um modelo de desenvolvimento para os Estados de Roraima, Rondônia, Acre e Amapá, visando estabelecer condições favoráveis para quebrar o desequilíbrio regional que perceptivelmente se observa, bem como incentivar a concorrência entre produtos, comparar tecnologias, serviços e proporcionar a revisão das relações trabalhistas, sociais, políticas e econômicas internas, assim como incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana. Por isso, a terceira Zona de Livre Comércio foi criada em Guajará-Mirim (RO), por ser uma região de fronteira, criada em 1991, regulamentada em 1993 e implantada em maio de 1994. O movimento para criação desta ALC data de 1987, por iniciativa da associação comercial local, tendo o mesmo tomado impulso a partir do trabalho elaborado pela Comissão de Comércio Fronteiriço Brasil/Bolívia, até a viabilidade de sua implantação. Possui a segunda maior movimentação comercial cadastradas das ALC em funcionamento.

O enorme manancial de conceitos e discussões em torno do desenvolvimento é sem dúvida bastante complexa. No entanto, mesmo não podendo destacar todos os principais pontos desta questão, o que se pretende aqui é tão-somente focalizar os traços comuns que unem o discurso do desenvolvimento. Neste discurso paradoxalmente o que os une são ênfases no problema do crescimento da produtividade e da renda apoiada por um progresso tecnológico sem limites. Neste sentido, seja qual for a estratégia, o importante é garantir taxas de crescimento do sistema econômico.

A década de 70 ficará marcada na história como a década em que as questões do desenvolvimento e os problemas ambientais deixaram de ser questões regionais e ganharam uma dimensão global. As noções de subdesenvolvimento, atraso e pobreza, que serviam basicamente para se visualizar mundos diferentes através do contraste com o desenvolvimento adiantado e rico, passaram a ser questionadas e cada vez mais se torna forte a idéia de simultaneidade do desenvolvimento. Assim enfatiza-se uma fragmentação do desenvolvimento em decorrência da homogeneização das relações econômicas, ou seja, as desigualdades econômicas não podem ser medidas com uma noção de tempo, mas pelo relacionamento excludente na base competitividade de economias que já incorporam padrões tecnológicos e transformaram suas instituições, tornando-as eficientes dentro das relações complexas que passaram a exigir as organizações econômicas e políticas da sociedade moderna.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável é um processo que procura melhorar as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeitar os limites da capacidade de carga dos ecossistemas. O equilíbrio da relação entre meio ambiente e desenvolvimento passa a ser reconhecido como desafio para humanidade, que deve buscar novos padrões de desenvolvimento que envolva de forma mais justa as diferentes camadas sociais.⁷

Sendo assim, o desenvolvimento deve primeiro responder às necessidades do país coletiva e socialmente definidas; deve usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las, a *priori*, como obstáculos ao desenvolvimento; deve também respeitar, e não destruir, o meio ambiente. Além destes pontos, a busca de um novo modelo de desenvolvimento precisa levar em conta o fortalecimento das populações em suas organizações sociais como um todo.

A interpretação equivocada do desenvolvimento tendo como base principalmente o fator econômico revelou sinais de insustentabilidade social e ambiental, percebidos e debatidos em todas as partes do mundo. Na década de 60-70, com o surgimento desta consciência ambientalista, abre-se a discussão para um novo modelo de desenvolvimento, intitulado desenvolvimento sustentável. Estes novos conceitos revelam outros parâmetros para desenvolvimento: a melhoria da qualidade de vida, a satisfação das necessidades humanas, o fortalecimento das economias locais, o desenvolvimento individual e coletivo, a boa governança⁸. As comunidades tradicionais devem fazer parte das tomadas das decisões sobre o desenvolvimento local, levando-se em consideração as questões sócio-culturais, ambientais e de desenvolvimento.

Comunidade pode ser definida como um grupo social de qualquer tamanho, cujos sócios residem em local específico, têm governo e freqüentemente possuem herança cultural e histórica comum⁹. No caso da Amazônia, considera-se comunidade tradicional índios e ribeirinhos, caboclos e seringueiros. Diversas teorias tentam explicar a relação entre comunidades tradicionais, meio ambiente e desenvolvimento. O atraso técnico e a miséria humana de certas regiões têm sido justificados como resultado da hereditariedade biológica do povo que as habita ou dos obstáculos climáticos indestrutíveis. Outros reconhecem que as razões fundamentais do atraso técnico e dos baixos níveis de vida das comunidades amazônicas tradicionais são nitidamente sociais e culturais e que estes são reflexos da economia e da política, pretérita e presente, nacional e internacional¹⁰.

Sobre políticas de desenvolvimento existem alguns conceitos de Cardoso¹¹ e Furtado¹² para confrontarmos com a idéia de que desenvolvimento é um conceito associado à idéia de

⁷ SACHS, Ignacy. *O Desafio do ECO 92: desenvolvimento com justiça em um planeta habitável*.

In: **Estratégias de transição para o século XXI**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Livros Studio. São Paulo: Nobel, 1993, p.11-57.

⁸ BENTO, Leonardo Valles. *Governança e Governabilidade na Reforma do Estado – entre eficiência e democratização*. Ed. Manole. São Paulo - 2003.

⁹ CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência, aspectos da cultura popular no Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo – 1989.

¹⁰ WALNEY, C. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. Costa, S. C.(trad.). 3 ed. São Paulo: Edusp, 1988. Coleção Reconquista do Brasil, 2 série; v.136.

¹¹ CARDOSO, F.H. & Faletto, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1970.

fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezaas. Sabemos que essa idéia está embutida nas políticas nacionais de todos os países, a partir da Segunda Guerra Mundial e dos processos de descolonização. Normalmente ao se falar em desenvolvimento, atribui-se ao termo significado, valorações e direções, associando-o a algo positivo que conduz a algo melhor. Dada a multiplicidade de conceitos e de concepções referentes ao desenvolvimento, é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem a lógica dessa análise. Para alguns o desenvolvimento não considera a cultura e particularidades locais, desprezando assim, a beleza das raízes e práticas tradicionais das regiões amazônicas, por entenderem muitas vezes, que a permanência de tais práticas e comportamentos não faz parte do contexto de desenvolvimento, por que o referencial de lugar desenvolvido está relacionado ao aspecto econômico e tecnológico.

Guajará-Mirim está cercada, de florestas e reservas, por isso é considerado o município com mais reservas florestais e espaços geográficos verdes de Rondônia. Por que não então, observar tal benefício natural e promover políticas públicas para fomentar o turismo ecológico no lugar. Pode-se dizer que tal atividade promoveria o desenvolvimento de forma sustentável e resultando na melhoria das condições de vida das comunidades humanas ao mesmo tempo, que respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas. Dessa forma, se transformaria em turismo sustentável, o que pode ser definido como a forma de turismo que satisfaz, hoje, as necessidades da atividade, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades¹³.

A sustentabilidade turística é a capacidade de manter a atividade constante, no tempo e no espaço, com processos de funcionamento e fluxos equilibrados, respeitando a capacidade de carga social e ambiental dos pólos receptores, a integração cultural dos povos, a conservação dos recursos naturais utilizados, gerando mecanismos de distribuição de renda, beneficiando visitados e visitantes¹⁴. Além do mais, as áreas protegidas podem ter a sua sobrevivência assegurada, quando integradas à economia e à cultura das sociedades locais, tornado-se centros sociais tão valiosos como escolas, os hospitais e as bibliotecas. Nesse sentido o turismo em Guajará-Mirim planejado através de uma boa política pública do Estado, pode ser benéfico quando oferece motivação econômica para a conservação ambiental e cultural.

As principais críticas da comunidade acadêmica ao turismo no aspecto sócio-cultural referem-se à transformação do legado cultural em bens de consumo. Visto que a preservação da identidade (autenticidade local) é uma exigência de alguns mercados, o legado cultural torna-se um bem de consumo. A cultura passa a não ser importante por si mesma, passando a ser importante por suas implicações econômicas¹⁵. O turismo com base no legado cultural permite que se mantenha, mesmo que em determinado período (apresentações folclóricas) ou espaços (museus), a origem da comunidade. Possibilita que a comunidade recupere a sua

¹² FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Ed. Nacional; São Paulo, 1979.

¹³ MARTINS, Clerton, *Turismo, Cultura e Identidade*. Ed. Roca; São Paulo, 2003.

¹⁴ MARTINS, Clerton, *Turismo, Cultura e Identidade*. Ed. Roca; São Paulo, 2003.

¹⁵ PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Turismo, Memória e Patrimônio Cultural*. Ed. Roca. São Paulo, 2004.

memória coletiva, reconstruindo sua história e, em alguns casos, tome consciência do papel de seu povo em determinada época¹⁶.

Na busca por uma análise sócio-cultural para observar a possível existência de tradições, festas e valores históricos na cidade de Guajará-Mirim, em loco percebemos principalmente o valor histórico da cidade, que surgiu através da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré inaugurada em 1912. Uma ferrovia que teve a participação de sua construção de estrangeiros de mais de 50 nacionalidades. A lendária ferrovia que funcionou até o ano de 1972, teve como motivação a sua construção, o desejo do país vizinho à Bolívia escoar sua produção de borracha através do Oceano Atlântico, por conta, do mesmo país não ter mais posse das regiões litorâneas do Pacífico por conta da derrota em um conflito bélico com o país Chile. Na cidade existe um Museu Municipal, que funciona na antiga Estação Ferroviária, uma edificação histórica tombada pelo Estado como patrimônio histórico. É visível a possibilidade de se restaurar parte do trecho da ferrovia até uma localidade próxima de Guajará-Mirim denominada Iata, antiga colônia agrícola. Através de políticas públicas e projetos de desenvolvimento regional com a participação da população, seria viável revitalizar esse complexo ferroviário fomentando o turismo na região preservando sua história e cultura gerando renda a população local. Pensar o espaço turístico a partir de suas formas arquitetônicas antigas significa um esforço de interpretação do mundo vivido pelos grupos sociais que antecederam o momento atual e, que sem sombra de dúvidas, despertam o interesse e a curiosidade dos turistas. O turismo modifica de forma significativa o mercado de trabalho e seu efeito multiplicador na economia se traduz na criação de novos postos de trabalho. À oferta de emprego, gerada nas atividades diretamente servidoras do turismo, é preciso somar-se o emprego indireto, gerado naquelas empresas que prestam bens de serviço ao setor. A função turística também induz processos de revalorização de recursos locais, assim como dinâmicas de renascimento cultural. Por outro lado, propicia o aparecimento de uma oferta cultural diversificada da qual se pode beneficiar tanto os turistas como os moradores. Ademais, contribui para reforçar a manutenção do patrimônio arquitetônico, cultural e social, dando novo uso para edifícios históricos, visibilidade as festas e danças tradicionais da região como o Boi Bumbá e a Festa centenária do Divino Espírito Santo.

4. AS FESTAS TRADICIONAIS COMO TURISMO SUSTENTÁVEL E RECEPTIVO

Até a década de 80 do século passado, os Bois não se “apresentavam”. Eles eram convidados a dançar e brincar nos quintais das casas, iluminadas pelas porongas¹⁷ e pelas fogueiras, recebendo, em troca, iguarias juninas e, às vezes, também uma pequena soma em dinheiro. Flor do Campo de um lado, Malhadinho do outro, por toda a cidade, nas noites quentes de junho se ouviam o rufar dos tambores, o estalar das palminhas de macacaúba, o chocalhar do xeque-xeque e o vozeirão dos amos entoando desafios ao boi oponente denominado contrário. Terminados os festejos domésticos, os Bois tomavam as ruas. O povo acompanhava o cortejo, sempre provocando o contrário. Os ânimos se acirravam, até que o confronto se tornava inevitável e os Bois acabavam se enfrentando em verdadeiras batalhas campais.

Hoje, todos os anos Guajará-Mirim, à beira do rio Mamoré e na fronteira com a Bolívia, promove uma monumental celebração amazônica. Os Bois Flor do Campo e

¹⁶ Idem.

¹⁷ Lamparina

Malhadinho se apresentam na arena do Bumbódramo e procuram superar, um ao outro, através da dança, da música e da encenação dramática. Nas noites quentes do mês de agosto, aproximadamente 2.500 brincantes de cada Boi protagonizam histórias pontuadas por ritmos eletrizantes, figurinos requintados, sofisticadas alegorias e onde lendas e mitos amazônicos são recriados e renovados. A platéia de mais de 20 mil espectadores assiste e participa ativamente desta inusitada ópera amazônica. O estádio é dividido ao meio e cada um de seus lados acomoda as duas torcidas – as incansáveis galeras, que interagem com o espetáculo e incentivam o seu Boi. Numa demonstração de civilidade, quando um Boi está se apresentando, a galera do outro permanece em respeitoso silêncio. O Festival Folclórico Duelo da Fronteira é, essencialmente amazônico. Na sua grandiosidade traduz e reinventa esse universo, onde a natureza, soberana, desperta a emoção e aguça as sensibilidades. O boi-bumbá de Guajará-Mirim e seu desenvolvimento enquanto espetáculo reflete as características superlativas dessa região que ocupa quase metade do território brasileiro e abriga a maior biodiversidade do mundo.

O Duelo da Fronteira interpreta, também, a Amazônia do índio e do caboclo, sua história, suas lendas e mitos, seus hábitos, ritos e rituais. Ousado, dinâmico e em permanente renovação, o Festival Duelo da Fronteira, é uma das grandes manifestações populares de Rondônia.

5. CONCLUSÃO

Cada vez mais, torna-se necessário refletir sobre o território turístico a partir de suas formas antigas, pois se trata de um esforço acadêmico para interpretar a cotidianidade dos grupos que antecederam a vida moderna e que despertam os interesses e as curiosidades dos turistas. A partir da segunda metade do século XX, o dinamismo da vida em sociedade constitui um fator de mudanças que provocou e ainda provoca dificuldades à política de preservação do Patrimônio Cultural e Histórico. Houve e está havendo em Guajará-Mirim, assim como em boa parte dos municípios de Rondônia, um atropelo cego pelo progresso, motivo pela qual se faz necessária maior preservação dos bens históricos e culturais, contexto em que o desenvolvimento sustentável regional pode ser alcançado com o turismo que assumiria inegável importância.

Perspectivas de progresso, numa dimensão de democracia cultural, participação comunitária e no respeito aos valores fundamentais de cada comunidade, só acontecerão se for depositado nas gerações que vão chegando o instrumental capaz de conduzir a essa meta. A invasão cultural e econômica na Amazônia vem acarretando a formação de um estamento social desvinculado do meio geográfico e cultura-histórico. Esses grupos têm seu interesse situados fora da região. Seu relacionamento com o meio social local se dá enquanto lhes interessa para seus negócios. Esses grupos econômicos conseguem pressionar os poderes locais e estaduais com o poder das fortunas que têm ou que vislumbram ter.

Menosprezam a cultura local, seu estilo de vida, banalizam suas reivindicações e a oprimem quando resiste. São portadores de idéias estereotipadas, discriminatórias e alienadoras para as comunidades amazônicas.

Após a análise da bibliografia, dos levantamentos de campo, dos documentos históricos e arquitetônicos no ano de 2011, foi possível observar que em Guajará-Mirim localizada em Rondônia na fronteira com a Bolívia as margens do Rio Mamoré, tem potencial para que a atividade turística se desenvolva e proporcione bem-estar para os moradores do local e satisfação para o turista.

Porem se faz necessária uma reavaliação das ações que hoje existem no que diz respeito à estrutura de recepção, atrativos naturais, patrimônio histórico e cultural, serviços de apoio, infra-estrutura básica e, principalmente, reformas nas vias de acesso ao núcleo, além de fiscalização em relação ao patrimônio tombado e pesquisa que vise à exploração dos sítios arqueológicos existentes na localidade. A evolução histórica da cidade é um legado pouco explorado e difundido pelos moradores e pela Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim.

Seria importante a realização de um inventário turístico da localidade e do seu entorno é de vital importância para o desenvolvimento da atividade turística, pois, de posse desse inventário, os moradores e o poder público local poderão criar novos roteiros de visitação, qualificar os serviços oferecidos aos visitantes e pleitear recursos para o desenvolvimento regional, junto aos Governos Estadual e Federal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BERRY, Nicole. *O Sentimento de Identidade*. São Paulo: Ed. Escuta, 1991.
- CARDOSO, F.H. & Faletto, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1970.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. Ed. Fundação Perseu Abramo : São Paulo, 2000.
- _____. *Conformismo e Resistência*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.
- ESTEVA, Gustavo. *Dicionário do Desenvolvimento - guia para o conhecimento como poder*. Editoras Vozes; Petrópolis, 2000.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Ferrovia do Diabo*, Ed. Melhoramentos: São Paulo, 2005.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Ed. Nacional; São Paulo, 1979.
- HOBBSBAWM, Eric. *Tempos Interessantes*. Ed. Companhia das Letras; São Paulo, 2002.
- _____. *Era dos extremos*. Companhia das Letras. 1999.
- MARTINS, Clerton, *Turismo, Cultura e Identidade*. Ed. Roca; São Paulo, 2003.
- MAHAR, D.J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise de políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- SACHS, Ignacy. *O Desafio do ECO 92: desenvolvimento com justiça em um planeta habitável*. In: _____ **Estratégias de transição para o século XXI**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Livros Studio. São Paulo: Nobel, 1993, p.11-57.
- TEIXEIRA & FONSECA, Marcos Antônio Domingues & Dante Ribeiro. *História Regional*. Ed. Rondoniana; Porto Velho, 2003.
- WALNEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Costa, S. C.(trad.). 3 ed. São Paulo: Edusp, 1988. Coleção Reconquista do Brasil, 2 série; v.136.